Medidas anunciadas ainda têm de passar pelo Congresso

Programa prevê transferência de crimes contra direitos humanos para área federal

BRASÍLIA — O Plano Nacional de Direitos Humanos, divulgado ontem, só poderá ser colocado em prática com aprovação do Congresso. São 168 propostas de curto e médio prazo.

Com o propósito de assegurar, principalmente, os direitos das minorias, o programa destaca, entre as medidas, a transferência para a Justiça Federal do julgamento de crimes contra os direitos humanos. Se o Congresso aprovar a proposta, o procurador-geral da República ou o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça, poderão determinar que certos fatos (como massacres de presos ou de sem-terra) sejam considerados crimes contra os direitos humanos. Nessa hipótese, seriam da alçada da Justiça Federal e da Polícia Federal.

A inovação do programa, com maior repercussão na vida do cidadão comum, é a proposta de criação de um serviço civil obrigatório, como os agentes da cidadania, para isentos, excedentes ou dispensados do serviço militar inicial. É uma espécie de serviço militar alternativo e foi negociado com as Forças Armadas pelo autor do pro-

grama, José Gregori.

Uma das medidas defendidas no programa, o fim da Justiça Militar, foi derrotada em votação no Senado na última quinta-feira. Ela determinaria que os crimes cometidos por policiais militares, mesmo em ação, fossem julgados pela Justiça Comum e não mais em foro privilegiado.

Além das propostas de emenda constitucional e projetos de lei que estão sendo enviadas ao Congresso, o plano prevê ações do Executivo. Uma delas é a meta de, em um ano, fazer com que milhões de brasileiros tirem os documentos básicos: certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF e carteira profissional.

Durante a solenidade, que coincidiu com o 108º aniversário de promulgação da Lei Áurea, o presidente Fernando Henrique fez a entrega de um cheque de R\$ 100 mil a Ermelinda Bronca, de 90 anos.

Ela é mãe do desaparecido político José Humberto Bronca, o primeiro a ter a morte reconhecida pela União na Comissão de Desaparecidos Políticos.

GAY
DIZ QUE
COMUNIDADE
FOI EXCLUÍDA

Gays — O secretário de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, Luiz Mott, aproveitou a solenidade de lançamento do plano para apresentar o protesto da categoria, que se sentiu excluída: "O plano começou dando mau exemplo, discriminando os mais discriminados."